



VOCÊ NA  
DEFENSORIA

**VADEVUPT**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**ART 1º A 4º**



## NOVIDADES DESTA VERSÃO:

- Atualizado até esta data.

SEJA BEM-VINDO  
AO VND!

O NOSSO SONHO É  
VER VOCÊ NA DEFENSORIA!



VOCÊ NA  
DEFENSORIA





# VADEVUPT

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CONCEITOS DE CONSTITUCIONALISMO		
J.J. Gomes Canotilho	Kildare Gonçalves Carvalho	André Ramos Tavares
Define o constitucionalismo como uma teoria ou ideologia que promove o governo limitado para proteger os direitos, funcionando como uma técnica específica de limitação do poder. Assim, é uma teoria da política normativa, semelhante à democracia e ao liberalismo	Oferece uma visão dual do constitucionalismo: Juridicamente, é um sistema normativo encapsulado na Constituição, acima dos detentores do poder. Sociologicamente, é um movimento social que sustenta a limitação do poder, impedindo que governantes imponham seus interesses.	Propõe quatro sentidos para o constitucionalismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento político-social para limitar o poder arbitrário.</li> <li>• Imposição de constituições escritas.</li> <li>• Indicativo dos propósitos atuais das constituições nas sociedades.</li> <li>• Evolução histórico-constitucional de um Estado específico.</li> </ul>

TABELA-RESUMO DA HISTÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO	
<b>Antiguidade Clássica</b>	<p><b>Constitucionalismo Hebreu:</b> Limitação do poder político pela Lei do Senhor, introduzindo a hierarquia das leis.</p> <p><b>Constitucionalismo Grego:</b> Democracia direta e primitivos conceitos de controle de constitucionalidade.</p> <p><b>Constitucionalismo Romano:</b> Noção inicial de separação de poderes entre Cônsules, Senado e povo.</p>
<b>Constitucionalismo Antigo</b>	<p>Período do século XIII ao final do século XVIII.</p> <p><b>Magna Carta (1215):</b> Estabelecimento de limites ao poder real.</p> <p><b>Documentos importantes:</b> Petition of Rights (1628), Habeas Corpus Act (1679).</p>
<b>Constitucionalismo Moderno</b>	<p>A partir do final do século XVIII.</p> <p><b>Constituições marcantes:</b> Americana (1787) e Francesa (1791), primeiros exemplos de constituições escritas que formalmente limitaram o poder do Estado e estabeleceram direitos fundamentais.</p>
<b>Constitucionalismo Inglês</b>	<p>Conhecido como historicista.</p> <p><b>Documentos chave:</b> Magna Carta, Bill of Rights (1689).</p> <p><b>Impacto:</b> Estabelecimento da soberania parlamentar e ideia de Estado de Direito.</p>
<b>Constitucionalismo Norte-Americano</b>	<p>Primeira constituição escrita moderna (1787).</p> <p><b>Conceitos introduzidos:</b> Supremacia constitucional, judicial review e modelo federal de Estado.</p>
<b>Constitucionalismo Francês</b>	<p>Revolução Francesa promoveu a formatação do poder constituinte, igualdade perante a lei e consagração de direitos fundamentais de primeira geração.</p>
<b>Constitucionalismo Liberal</b>	<p>Final do século XVIII.</p> <p><b>Foco:</b> Direitos individuais de primeira geração, Estado mínimo, não interferência nas relações sociais e econômicas.</p>
<b>Constitucionalismo Social</b>	<p>Início do século XX.</p> <p><b>Foco:</b> Direitos sociais de segunda geração, Estado ativo no fornecimento de bem-estar social.</p> <p><b>Marcos:</b> Constituição Mexicana de 1917, Constituição de Weimar de 1919.</p>

TABELA RESUMO DOS MARCOS DO NEOCONSTITUCIONALISMO	
<b>Histórico</b>	É o pós-Segunda Guerra Mundial (segunda metade do século XX), a partir do qual, há a consolidação do Estado constitucional de direito (que é o Estado de direito no qual o papel central no ordenamento jurídico é exercido pela Constituição).

<b>Filosófico</b>	Pós-positivismo que reintegra Direito e ética.
<b>Teórico</b>	É o conjunto de mudanças verificadas no direito que incluem, de forma mais evidente, os seguintes fenômenos: a) a força normativa da Constituição; b) o desenvolvimento de um novo modelo (ou de uma nova dogmática) de interpretação constitucional; e c) a expansão da jurisdição constitucional.

<b>CONSTITUCIONALISMO PLURALISTA</b>	
<b>Colonialismo</b>	Ideologia da inferioridade dos povos tradicionais com um modelo de subordinação e assimilação.
<b>Constitucionalismo Liberal</b>	Construção do Estado-nação com monismo jurídico, excluindo sistemas normativos múltiplos e marginalizando povos originários e outros grupos subordinados.
<b>Constitucionalismo Social-Integracionista</b>	Reconhecimento de direitos sociais e sujeitos coletivos, ampliando a cidadania, mas mantendo a ideia de Estado-nação e monismo jurídico.
<b>Constitucionalismo Pluralista</b>	Envolve três ciclos: ciclo multicultural (1982-1988), ciclo pluricultural (1989-2005), e ciclo plurinacional (2006-2009), trazendo novos atores sociais.

<b>CICLO</b>	<b>TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>ORDENAMENTOS</b>
<b>Multicultural</b>	Introdução do direito à identidade cultural e direitos indígenas específicos.	Canadá (1982), Guatemala (1985), Nicarágua (1987), Brasil (1988). Revisão da Convenção 107/OIT.
<b>Pluricultural</b>	Direitos do Convênio 169 da OIT, conceito de nação multiétnica, reconhecimento de pluralismo jurídico e novos direitos.	Colômbia (1991), México (1992), Paraguai (1992), Peru (1993), Bolívia (1994), Argentina (1994), Equador (1996/1998), Venezuela (1999). Convenção 169/OIT.
<b>Plurinacional</b>	Reconhecimento dos povos indígenas como nações originárias, participação nos novos pactos estatais, direitos sociais.	Equador (2008), Bolívia (2009). Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).

<b>PRINCIPAIS PONTOS ACERCA DO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO</b>	
<b>Contexto Histórico</b>	Desenvolveu-se a partir da exclusão histórica de povos indígenas e outras minorias na América Latina, buscando uma ruptura com o constitucionalismo de matriz europeia.
<b>Constitucionalismo Latino-americano</b>	Iniciado com as Constituições do Equador de 2008 e Bolívia de 2009, promovendo um Estado Plurinacional e reconhecimento da diversidade cultural e social.
<b>Estado Plurinacional</b>	Reconhecimento de diferentes nações dentro de um Estado, rompendo com a homogeneização cultural e política. Propõe gestão pública das diferenças e inclusão de todos nos processos decisórios.
<b>Ciclos Constitucionais</b>	I) Multicultural: Constituição de 1988 no Brasil, enfatizando proteção mas mantendo monismo jurídico. II) Pluricultural: Inclusão da Convenção 169 da OIT, reconhecendo direito e tradições indígenas. III) Plurinacional: Constituições do Equador e Bolívia, promovendo nações coexistentes e poder constituinte indígena.
<b>Impacto Jurídico</b>	Descentralização do poder e fortalecimento de representações políticas multiculturais, reconhecimento de jurisdições indígenas e direitos coletivos, redefinindo "um só povo" para uma multiplicidade de nações.

<b>CONCEITOS/SENTIDOS DE CONSTITUIÇÃO</b>	
<b>Sociológico</b>	Ferdinand Lassalle   A Constituição é legítima se refletir as forças sociais que constituem o poder; caso contrário, é uma "folha de papel".



<b>Político</b>	Carl Schmitt	Constituição é a decisão política fundamental do Estado emanada pelo poder soberano, enquanto leis constitucionais são dispositivos sem essa decisão fundamental.
<b>Material</b>		Importa o conteúdo, não a forma. Normas constitucionais podem estar fora do texto constitucional se tratarem de regras estruturais.
<b>Formal</b>		Baseia-se na forma de elaboração, independente do conteúdo.
<b>Jurídico</b>	Hans Kelsen	A Constituição é uma norma pura no mundo do dever-ser, fundamentando a validade do sistema jurídico. Decorre de um escalonamento hierárquico de normas.
<b>Culturalista</b>	J. H. Meirelles Teixeira	A Constituição é um produto cultural que compreende elementos históricos, sociais, racionais e espirituais, condicionados pela cultura total.
<b>Constituição Aberta</b>	Canotilho / Meirelles Teixeira	A Constituição deve ser adaptável e aberta ao tempo, evitando o perfeccionismo. Ordena a vida política e fixa limites às funções do Estado.

CONCEPÇÃO DE CONSTITUIÇÃO	
<b>Constituição Dirigente</b>	Criada por J. J. Gomes Canotilho; a Constituição orienta o Estado e seus agentes para cumprir objetivos e finalidades estabelecidas, especialmente em campos sociais e econômicos.
<b>Constituição-Lei</b>	Semelhante à legislação ordinária; não se sobrepõe ao Poder Legislativo e sugere, mas não obriga, direções aos legisladores.
<b>Constituição-Fundamento (ou Total)</b>	Regula tanto atividades estatais quanto privadas; apresenta onipresença da Constituição, limitando a liberdade legislativa e privada.
<b>Constituição-Moldura</b>	Define limites para a atuação legislativa, evitando judicialização excessiva e permitindo liberdade política ao Legislativo.
<b>Constituição Dútil (ou Maleável/Suave)</b>	Proposta por Gustavo Zagrebelsky; reflete pluralismo social e político sem impor modelos predeterminados, permitindo espontaneidade social.
<b>Constituição Simbólica</b>	Defendida por Marcelo Neves; a legislação pode ter natureza simbólica, visando objetivos políticos além da produção de normas jurídicas.
<b>Crowdsourced Constitution</b>	Participação popular direta na elaboração constitucional, facilitada pela tecnologia e internet; exemplificada pela experiência islandesa.

OUTRAS CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO	
<b>Constituição Jusnaturalista</b>	Baseada em princípios do direito natural e direitos humanos fundamentais.
<b>Constituição Positivista</b>	Conjunto de normas criadas pelo Estado, analisadas sem fatores externos.
<b>Constituição Marxista</b>	Produto da superestrutura ideológica, condicionada pela infraestrutura econômica.
<b>Constituição Institucionalista</b>	Foca em ideias duradouras e fins políticos para cumprir programas sociais.
<b>Constituição Estruturalista</b>	Equilibra relações políticas e sociais, formando uma unidade estrutural normativa.
<b>Constituição Biomédica/Biológica</b>	Protege a identidade genética humana e regula novas tecnologias científicas.
<b>Constituição Compromissória</b>	Resultante de conflitos e consensos políticos, como a Constituição brasileira de 1988.
<b>Constituição Suave</b>	Sem exageros, reflete pluralismo social; exemplificada pela Carta dos EUA de 1787.



<b>Constituição em Branco</b>	Permite emendas sem limitações explícitas, com discricionariedade revisora.
<b>Constituição Plástica</b>	Adapta-se à realidade social e cultural, permitindo flexibilidade normativa.
<b>Constituição Empresarial</b>	Normas estabelecendo organização jurídica em períodos históricos, como no Brasil-colônia.
<b>Constituição Oral</b>	Proclamada oralmente, como a Carta da Islândia do século IX.
<b>Constituição Instrumental</b>	Normas equivalentes a leis processuais, limitando ação dos Poderes Públicos.
<b>Constituição como Estatuto do Poder</b>	Legitima o poder soberano, baseando a conduta de governantes e governados.

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS	
<b>Constituição como Instrumento de Realização da Atividade Estatal</b>	Estabelece programas de ação alinhados com a identidade do Estado.
<b>Constituições Subconstitucionais</b>	Formalmente constitucionais, mas limitadas materialmente por interesses momentâneos.
<b>Constituição como Documento Regulador do Sistema Político (Niklas Luhmann)</b>	Reduz a complexidade do sistema político, além de emitir juízos de constitucionalidade.
<b>Constituição como Meio de Resolução de Conflitos</b>	Serve como parâmetro para soluções ótimas de casos concretos.
<b>Constituição como Garantia do Status Econômico e Social</b>	Mantém juridicidade e estadualidade, com pouco conteúdo social expressivo.

TABELA-RESUMO: CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES		
Critério de Classificação	Tipo de Constituição	Características e Exemplos
<b>ORIGEM</b>	<b>Outorgadas</b>	Impostas de forma unilateral, sem legitimidade popular. Exemplos: Brasil 1824, 1937, 1967, EC nº 1/69.
	<b>Promulgadas</b>	Fruto de uma Assembleia Constituinte eleita. Exemplos: Brasil 1891, 1934, 1946, 1988.
	<b>Cesaristas</b>	Participação popular, mas não democrática, visa ratificar o poder dominante. Exemplos: plebiscitos napoleônicos, Pinochet no Chile.
	<b>Pactuadas</b>	Resultado de um pacto entre partes, como na monarquia medieval. Exemplo: Magna Carta de 1215.
<b>FORMA</b>	<b>Escritas</b>	Normas sistematizadas em um único documento. Exemplos: Brasil 1988, Portugal, Espanha.
	<b>Costumeiras</b>	Baseadas em usos, costumes e convenções. Exemplo: Constituição inglesa.
<b>EXTENSÃO</b>	<b>Sintéticas</b>	Curtas e focam em princípios fundamentais. Exemplos: Constituição americana, Brasil 1891.
	<b>Analíticas</b>	Detalhadas e extensas, abrangendo muitos temas. Exemplo: Brasil 1988.
<b>CONTEÚDO</b>	<b>Material</b>	Normas fundamentais e estruturais do Estado. Exemplo: Brasil 1824.



	<b>Formal</b>	Definida pelo processo de formação. Exemplo: Brasil 1988.
<b>MODO DE ELABORAÇÃO</b>	<b>Dogmáticas</b>	Baseadas em teorias preconcebidas, elaboradas por Assembleia Constituinte. Exemplo: Brasil 1988.
	<b>Históricas</b>	Formadas ao longo do tempo, baseadas em tradições. Exemplo: Constituição inglesa.
<b>ALTERABILIDADE</b>	<b>Rígidas</b>	Processo legislativo mais complexo para alterações. Exemplo: Brasil 1988.
	<b>Flexíveis</b>	Alterações comparáveis a leis comuns.
	<b>Semirrígidas</b>	Características de rígidas e flexíveis. Exemplo: Brasil 1824.
<b>SISTEMÁTICA</b>	<b>Reduzidas</b>	Um único código básico. Exemplo: Brasil 1988 (geralmente).
	<b>Variadas</b>	Distribuídas em vários textos. Exemplos: Bélgica 1830, França 1875.
<b>DOGMÁTICA</b>	<b>Ortodoxas</b>	Baseadas em uma única ideologia. Exemplos: URSS 1977, China marxista.
	<b>Ecléticas</b>	Várias ideologias. Exemplos: Brasil 1988, Índia 1949.
<b>CORRESPONDÊNCIA COM A REALIDADE</b>	<b>Normativas</b>	Poder disciplinado e normatizado.
	<b>Nominalistas</b>	Limitações ao poder não efetivamente implementadas. Exemplo: Brasil 1988.
	<b>Semânticas</b>	Reflexos do poder político vigente. Exemplo: Brasil 1937, 1967.
<b>SISTEMA E FUNÇÃO</b>	<b>Principiológicas</b>	Predominância de princípios abstratos. Exemplo: Brasil 1988.
	<b>Preceituais</b>	Predominância de regras concretas. Exemplo: México.
	<b>Provisórias</b>	Normas temporárias para transição política.
	<b>Definitivas</b>	Destinadas a serem duradouras.
<b>ORIGEM DE DECRETAÇÃO</b>	<b>Heterônomas</b>	Decretadas por agentes externos. Exemplos: Namíbia 1990, Camboja 1993.
	<b>Autônomas</b>	Decretadas internamente. Exemplo: Constituições brasileiras.
<b>OUTRAS CLASSIFICAÇÕES</b>	<b>Garantia</b>	Limitação do poder para proteger liberdades.
	<b>Balanço</b>	Refletem estágio de evolução política. Exemplo: URSS.
	<b>Dirigente</b>	Projetos para evolução política futura. Exemplo: Portugal 1976.
	<b>Liberais</b>	Ênfase em não intervenção do Estado.
	<b>Sociais</b>	Necessidade de atuação estatal para igualdade.
	<b>Econômica</b>	Conjunto de preceitos e instituições jurídicas que garantem os elementos definidores de um sistema econômico

<b>OUTRAS CLASSIFICAÇÕES</b>	
<b>Constituição.com</b>	Processo constituinte realizado pela internet, utilizando crowdsourcing. Exemplo: Islândia.
<b>Subconstitucional</b>	Limitada a interesses momentâneos e esporádicos; carece de estabilidade e continuidade.
<b>Biomédica</b>	Aborda temas de bioética e biodireito. Exemplo: Constituição portuguesa de 1976.
<b>Oral</b>	Proclamada oralmente pelo governante em ato solene. Exemplo: Islândia do século IX.
<b>Retratista</b>	Descreve a realidade existente sem pretender modificá-la.



<b>Convencionalizada</b>	Influenciada por normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos; fruto de convenções internacionais.
<b>Chapa Branca</b>	Elabora-se para proteger estamentos privilegiados, geralmente do setor público.
<b>Onipresente</b>	Permeia todo o ordenamento jurídico, influenciando todos os ramos do direito.
<b>Estruturalista</b>	Reflete as estruturas sociais, buscando equilíbrio entre sociedade e transformação.
<b>Jusnaturalista</b>	Inspirada nos direitos naturais, especialmente nos direitos humanos.
<b>Constituição pluridimensional</b>	Envolve abertura espacial e temporal, patriotismo constitucional e permite múltiplos projetos de vida.
<b>Constituição liberal-patrimonialista</b>	Foca em proteger direitos individuais típicos do capitalismo, enquanto aparenta apoiar o interesse coletivo.
<b>Constituição estruturalista</b>	Equilibra relações políticas e processos sociais, baseada nas estruturas sociais.
<b>Constituição empresarial</b>	Existiu nos séculos XVI e XVII, definindo prerrogativas e tarefas coloniais através de regimentos e alvarás.
<b>Constituição austeritária</b>	Responde à crise das constituições sociais com foco em equilíbrio fiscal e implementação de direitos possíveis.
<b>Constituição como estatuto de poder</b>	Legitima o poder soberano de acordo com a noção de direito prevalente na sociedade.
<b>Constituição instrumental</b>	Limita os poderes do Estado e define as competências dos agentes estatais.
<b>Constituição Marxista</b>	Formalização da estrutura jurídica e instrumento da ideologia da classe dominante.
<b>Constituição como documento regulador</b>	Reduz a complexidade do sistema político para melhor funcionamento.
<b>Constituição como garantia do status</b>	Serve como meio de garantia do status econômico e social.
<b>Constituição como meio de resolução</b>	Funciona como um mecanismo para resolver conflitos através de processos de decisão.
<b>Constituição como processo público</b>	Constitui-se como um documento de interpretação aberta, refletindo a evolução social e os processos democráticos.
<b>Constituição como árvore viva</b>	Metáfora que simboliza a flexibilidade e capacidade de adaptação dos direitos constitucionais ao longo do tempo.

<b>CONSTITUIÇÃO DE 1988</b>	
<b>Origem</b>	Promulgada
<b>Forma</b>	Escrita
<b>Extensão</b>	Analítica
<b>Conteúdo</b>	Mista (especialmente após EC nº 45/2004)
<b>Modo de Elaboração</b>	Dogmática
<b>Alterabilidade</b>	Rígida
<b>Sistemática</b>	Reduzida
<b>Dogmática</b>	Eclética
<b>Correspondência com a Realidade</b>	Normativa (posicionamento que vem prevalecendo em provas objetivas de concurso)
<b>Sistema</b>	Principiológica
<b>Função</b>	Definitiva
<b>Origem de Decretação</b>	Autônoma
<b>Segundo Ferreira Filho</b>	Garantia e Dirigente



Segundo André Ramos Tavares	Social
Segundo Raul Machado Horta	Expansiva

### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

NATUREZA JURÍDICA DO PREÂMBULO		
<b>Teoria da Plena Eficácia</b>	O preâmbulo tem a mesma eficácia jurídica do restante do texto constitucional.	Pouco adotada pela doutrina, sugere que o preâmbulo é normativamente vinculante.
<b>Teoria da Relevância Jurídica Indireta</b>	O preâmbulo orienta na identificação das características da Constituição, mas não tem caráter normativo.	Oferece uma função interpretativa e orientadora, sem efeitos jurídicos diretos.
<b>Teoria da Irrelevância Jurídica</b>	O preâmbulo é uma manifestação política do constituinte, sem valor jurídico.	Mais aceita pela doutrina e pelo STF, vê o preâmbulo como um guia de valores e princípios, sem força normativa.

PODER CONSTITUINTE	
<b>Poder Constituinte</b>	Responsável por criar, alterar, reformar e complementar a Constituição. Dividido em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado.
<b>Poder Constituinte Originário</b>	Cria uma nova ordem jurídica e um novo Estado, rompendo com a ordem anterior. Características incluem ser inicial, autônomo, juridicamente ilimitado, incondicionado, soberano, e um poder de fato e político. Pode ser expresso por outorga ou assembleia nacional constituinte.
<b>Poder Constituinte Derivado</b>	Criado pelo originário, é limitado e condicionado pelas regras do poder originário. Divide-se em Poder Constituinte Derivado Reformador, Decorrente e Revisor.
<b>Poder Constituinte Derivado Reformador</b>	Permite modificar a Constituição por emendas, respeitando limites formais, procedimentais e materiais.
<b>Poder Constituinte Derivado Decorrente</b>	Estrutura e modifica as Constituições dos Estados-Membros, respeitando princípios da Constituição Federal.
<b>Limitações ao Poder Constituinte Derivado</b>	Incluem cláusulas pétreas e proibições durante estados de exceção; definido por princípios constitucionais sensíveis, organizatórios e extensíveis.
<b>Hiato Constitucional</b>	Descompasso entre a Constituição política e a realidade social, levando a mutações constitucionais, reformas, ou hiatos autoritários.
<b>Correntes Teóricas do Poder Constituinte</b>	Tradicional (nacional), Moderna (povo e plebiscitos), e Contemporânea (patriotismo constitucional e aprendizado social contínuo).



<b>Influências Históricas</b>	Tradicional inglesa (revelação histórica), americana ("We the people"), e francesa (Nação como titular do poder).
<b>Michel Temer sobre Poder Constituinte</b>	Cada nova Constituição cria um novo Estado, rompendo com o anterior, como visto nas Constituições brasileiras de 1988, 1969, 1946, etc.
<b>Emmanuel Sieyès</b>	Distingue Poder Constituinte dos poderes constituídos, afirmando que o poder cria a Constituição e subordina atos jurídicos a ela.

<b>LIMITES À MANIFESTAÇÃO DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE</b>	
<b>Princípios Constitucionais Sensíveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expressos na Constituição, também chamados de princípios apontados ou enumerados.</li> <li>- Estados-Membros devem respeitá-los ao elaborar suas constituições e leis.</li> <li>- Estão relacionados a limites expressos no art. 34, VII, da CF/88.</li> <li>- Violação pode resultar em inconstitucionalidade e intervenção federal.</li> </ul>
<b>Princípios Constitucionais Estabelecidos (Organizatórios)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitam ou proíbem ações indiscriminadas do poder constituinte decorrente.</li> <li>- Derivados de normas centrais do texto constitucional de 1988.</li> <li>- <b>Limites Explícitos Vedatórios:</b> Proíbem práticas contrárias ao poder originário.</li> <li>- <b>Limites Explícitos Mandatórios:</b> Impõem restrições à organização.</li> <li>- <b>Limites Inerentes:</b> Implícitos, vedam invasões de competência.</li> <li>- <b>Limites Decorrentes:</b> Surgem de disposições expressas, como princípios federativo, democrático, de igualdade, etc.</li> </ul>
<b>Princípios Constitucionais Extensíveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integram a estrutura da federação brasileira.</li> <li>- Relacionam-se com processos como investidura em cargos, processo legislativo, administração pública, etc.</li> <li>- Asseguram uniformidade e integridade do sistema constitucional.</li> </ul>

<b>PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS</b>		
<b>Constituição de 1824</b>	Imposta por D. Pedro I (Brasil Império)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do Poder Moderador.</li> <li>- Fortalecimento do poder pessoal do imperador.</li> <li>- Nomeação de presidentes das províncias pelo imperador.</li> <li>- Eleições indiretas e censitárias.</li> <li>- Direito de voto restrito aos proprietários.</li> </ul>
<b>Constituição de 1891</b>	Promulgada após a Proclamação da República	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituição da forma federativa e republicana de governo.</li> <li>- Separação entre Igreja e Estado.</li> <li>- Estabelecimento do habeas corpus.</li> <li>- Sufrágio com menos restrições, proibido a mendigos e analfabetos.</li> </ul>
<b>Constituição de 1934</b>	Promulgada durante o governo Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior poder ao governo federal.</li> <li>- Voto obrigatório e secreto, incluindo mulheres.</li> <li>- Criação da Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho.</li> <li>- Instituição de leis trabalhistas e mandado de segurança.</li> </ul>
<b>Constituição de 1937</b>	Imposta por Getúlio Vargas (Estado Novo)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituição da pena de morte.</li> <li>- Supressão de partidos políticos e liberdade de imprensa.</li> <li>- Concentração de poder no Executivo.</li> <li>- Eleição indireta para presidente com mandato de seis anos.</li> </ul>
<b>Constituição de 1946</b>	Promulgada após a deposição de Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Restabelecimento dos direitos individuais.</li> <li>- Fim da censura e da pena de morte.</li> <li>- Devolução da independência aos poderes.</li> <li>- Autonomia para estados e municípios.</li> <li>- Eleição direta para presidente.</li> </ul>
<b>Constituição de 1967</b>	Aprovação no contexto do regime militar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão dos poderes da União.</li> <li>- Eleição indireta para presidente.</li> <li>- Suspensão de garantias judiciais.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- AIs como instrumentos de poder.</li> <li>- AI-5: censura, suspensão do Congresso, poderes absolutos ao regime.</li> </ul>
<b>Constituição de 1988</b>	Promulgada durante a redemocratização (Constituição Cidadã)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação de liberdades civis e direitos individuais.</li> <li>- Direito de voto aos analfabetos e jovens de 16 a 17 anos.</li> <li>- Novos direitos trabalhistas e sociais.</li> <li>- Criação do STJ e mandados de injunção e segurança coletiva.</li> </ul>

DOUTRINA TRADICIONAL E MODERNA E AS NORMAS CONSTITUCIONAIS			
Doutrina	Categoria de Norma	Descrição e Exemplos	Críticas e Observações
Tradicional	<b>Normas Constitucionais Autoaplicáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicáveis diretamente sem norma intermediária.</li> <li>- Exemplo: Art. 1º, parágrafo único, CF/88 (soberania popular); Art. 2º, CF/88 (poderes da União).</li> </ul>	- Crítica: Nem todas são completamente autoaplicáveis devido a leis que podem restringir sua aplicação.
	<b>Normas Constitucionais Não Autoaplicáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependem de regulamentação legislativa.</li> <li>- Exemplo: Art. 134, § 1º, CF/88 (Defensoria Pública); Art. 201, CF/88 (previdência social).</li> </ul>	- Crítica: Mesmo não autoaplicáveis produzem efeitos revogatórios e inibitórios.
Moderna	<b>Normas de Eficácia Plena</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicáveis diretamente, integralmente e imediatamente.</li> <li>- Exemplo: Art. 1º, parágrafo único, e Art. 2º da CF/88.</li> </ul>	- Refinamento da terminologia tradicional, sem necessidade de legislação intermediária.
	<b>Normas de Eficácia Contida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicáveis imediatamente, mas podem ser restringidas por legislação posterior.</li> <li>- Exemplo: Art. 5º, XIII, CF/88 (liberdade profissional); Art. 93, IX, CF/88 (publicidade dos julgamentos).</li> </ul>	- Reconhece a possibilidade de restrição legislativa futura.
	<b>Normas de Eficácia Limitada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Requerem legislação complementar para aplicação.</li> <li>- Subdivididas em: <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Princípio Institutivo/Organizatório:</b> Criação/organização de órgãos (ex: Art. 134, § 1º, CF/88, Defensoria Pública).</li> <li>- <b>Princípio Programático:</b> Diretrizes para ação futura (ex: Art. 201, CF/88, previdência social).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicabilidade depende da promulgação de leis complementares.</li> <li>- Exemplo de leis necessárias: LC 80/94, Leis 8.212 e 8.213/1991.</li> </ul>

ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO		
Elemento	Conceito	Exemplos na Constituição de 1988
<b>Elementos Orgânicos</b>	Regulam a estrutura do Estado e o exercício do poder.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Título III: Organização do Estado</li> <li>- Título IV: Organização dos Poderes e Sistema de Governo</li> <li>- Capítulos II e III do Título V: Forças Armadas e Segurança Pública</li> <li>- Título VI: Tributação e Orçamento</li> </ul>



<b>Elementos Limitativos</b>	Compõem o catálogo de direitos e garantias individuais, limitando a atuação dos Poderes Públicos.	- Título II: Direitos e Garantias Fundamentais (exceto o Capítulo II dos Direitos Sociais)
<b>Elementos Socioideológicos</b>	Refletem o compromisso ideológico entre um Estado individualista e intervencionista.	- Capítulo II do Título II: Direitos Sociais - Título VII: Ordem Econômica e Financeira - Título VIII: Ordem Social
<b>Elementos de Estabilização Constitucional</b>	Asseguram a resolução de conflitos constitucionais e a defesa da Constituição e das instituições democráticas.	- Intervenção Federal nos Estados e no DF e dos Estados nos Municípios (Art. 34 a 36) - Processo de Emendas à Constituição (Art. 60) - Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (Capítulo I do Título V) - Ação Direta de Inconstitucionalidade (Art. 102, I, a)
<b>Elementos Formais de Aplicabilidade</b>	Estabelecem regras para a aplicação da Constituição.	- Preâmbulo - Disposições constitucionais transitórias - Artigo 5.º, § 1.º, sobre a aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais

PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL		
Princípio	Conceito	Exemplos e Aplicações
<b>Supremacia da Constituição</b>	A Constituição está no topo da pirâmide normativa e todas as normas devem ser interpretadas à luz dela.	Art. 110 do Código Tributário Nacional reafirma a supremacia ao não permitir alteração de conceitos constitucionais por norma infraconstitucional.
<b>Unidade da Constituição</b>	A Constituição deve ser vista como um todo coerente, sem contradições internas.	STF rejeita a ideia de inconstitucionalidade entre normas constitucionais originárias.
<b>Harmonização</b>	Busca um equilíbrio entre direitos em conflito, sem sacrificar totalmente nenhum deles.	Aplicação quando há colisão de direitos, como liberdade de informação vs. direito à intimidade.
<b>Correção Funcional</b>	Interpretação deve respeitar a estrutura funcional da Constituição e evitar subverter competências estabelecidas.	Fundamental na discussão sobre mutação constitucional.
<b>Interpretação Conforme a Constituição</b>	Norma legal deve ser interpretada de forma a evitar sua inconstitucionalidade, sempre que possível.	Se uma norma pode ter múltiplos significados, adota-se o que está em harmonia com a Constituição.
<b>Presunção de Constitucionalidade</b>	Supõe-se que as normas são constitucionais até que se prove o contrário.	Presunção é relativa e pode ser contestada ou confirmada.
<b>Eficácia Integradora</b>	Favorece a interpretação que promove integração política e social.	Preferência por soluções que reforcem a unidade política e social.
<b>Máxima Efetividade</b>	Norma deve ser interpretada de forma a maximizar sua aplicação prática, especialmente em direitos fundamentais.	Busca conferir o maior grau de eficácia social à norma constitucional.
<b>Proporcionalidade</b>	Avaliação de atos do poder público com base em adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.	Aplicado no Direito Penal para garantir proteção completa aos bens jurídicos e no Direito Processual em relação ao tempo razoável do processo.

MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL		
Método	Conceito	Características e Aplicações
<b>Método Jurídico (Hermenêutico Clássico)</b>	Trata a Constituição como uma lei comum, utilizando métodos tradicionais de hermenêutica.	Utiliza abordagens gramaticais, lógicas, teleológicas, históricas e sistemáticas. Preserva o conteúdo da norma e evita considerações valorativas.
<b>Método Tópico-Problemático</b>	Foca na resolução de problemas a partir da identificação da solução mais adequada antes de definir o significado da norma.	Usa "topoi" para justificar decisões, permitindo flexibilidade e adaptação na interpretação de normas constitucionais.
<b>Método Hermenêutico-Concretizador</b>	Começa pela norma e busca seu significado antes de aplicar a solução ao problema.	Envolve pré-compreensões do intérprete e o círculo hermenêutico, considerando o contexto social e o problema específico.
<b>Método Científico-Espiritual</b>	Considera a Constituição como um fenômeno cultural refletindo valores sociais.	Interpretação deve ressoar com o espírito da sociedade, considerando a realidade social e a integração comunitária.
<b>Método Normativo-Estruturante</b>	Norma só existe concretizada; interpretação ligada à aplicação em casos concretos.	Considera o texto normativo e seu contexto, incluindo doutrinas e jurisprudência, como parte de um processo interpretativo abrangente.
<b>Método da Comparação Constitucional</b>	Propõe a interpretação por meio da comparação entre diferentes ordenamentos constitucionais.	Enriquecer a análise considerando abordagens de outros sistemas jurídicos, ampliando o horizonte interpretativo.

## TÍTULO I

### Dos Princípios Fundamentais

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **FUNDAMENTOS**:

I - a **soberania**;

II - a **cidadania**

III - a **dignidade da pessoa humana**;

#### **VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:**

**Súmula Vinculante 11.** Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de **responsabilidade disciplinar, civil e penal** do agente ou da autoridade e de **nulidade da prisão ou do ato processual** a que se refere, **sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado**.

**Súmula Vinculante 56.** A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

IV - os **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**;

V - o **pluralismo político**.



Parágrafo único. **Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente**, nos termos desta Constituição.

**Art. 2º** São Poderes da União, **independentes e harmônicos entre si**, o LEGISLATIVO, O EXECUTIVO E O JUDICIÁRIO.

**VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:**

**Súmula Vinculante 37.** Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

**Súmula 649:** É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

**Art. 3º** Constituem **OBJETIVOS FUNDAMENTAIS** da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes **PRINCÍPIOS**:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

ARTS. 1 a 4 DA CF/88	
<b>Fundamentos da República Federativa do Brasil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Soberania</li> <li>- Cidadania</li> <li>- Dignidade da pessoa humana</li> <li>- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa</li> <li>- Pluralismo político</li> </ul>
<b>Parágrafo Único (Art. 1º)</b>	Todo o poder emana do povo, exercido por representantes eleitos ou diretamente.

<b>Poderes da União</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislativo</li> <li>- Executivo</li> <li>- Judiciário (independentes e harmônicos entre si)</li> </ul>
<b>Objetivos Fundamentais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construir uma sociedade livre, justa e solidária</li> <li>- Garantir o desenvolvimento nacional</li> <li>- Erradicar a pobreza e marginalização e reduzir desigualdades sociais e regionais</li> <li>- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação</li> </ul>
<b>Princípios nas Relações Internacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Independência nacional</li> <li>- Prevalência dos direitos humanos</li> <li>- Autodeterminação dos povos</li> <li>- Não-intervenção</li> <li>- Igualdade entre os Estados</li> <li>- Defesa da paz</li> <li>- Solução pacífica dos conflitos</li> <li>- Repúdio ao terrorismo e ao racismo</li> <li>- Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade</li> <li>- Concessão de asilo político</li> </ul>
<b>Parágrafo Único (Art. 4º)</b>	Busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.